

RECURSO ESPECIAL Nº 1.367.182 - SC (2013/0031710-0)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : FLORIANO JOSÉ MARTINS
ADVOGADO : LUÍS FERNANDO SILVA - SC009582
ADVOGADA : KÁZIA FERNANDES PALANOWSKI E OUTRO(S) - SC014271
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Floriano José Martins, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 178):

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. INCORPORAÇÃO DE QUINTOS. CARGOS DE GERENTE REGIONAL É SUPERINTENDENTE ESTADUAL. EQUIVALÊNCIA. INOCORRÊNCIA. UNIÃO. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM.

1. O autor é servidor público aposentado na categoria de Auditor - Fiscal da Previdência Social e, por força da Lei nº 11.457/2007 (artigo 10, inciso I, § 4º), teve seu vínculo funcional transferido para a Receita Federal do Brasil.

Bem dirigida, assim, a ação contra a União, não havendo necessidade da citação do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS como litisconsorte passivo.

2. Sob a premissa de que as atribuições do cargo de Gerente Regional seriam "idênticas ou muito assemelhadas" às do cargo de Superintendente Estadual, pede o autor que seja revista a percepção dos quintos, com base de cálculo no cargo que imputa assemelhado. Ocorre, no entanto, que não há equivalência entre o cargo ocupado pelo autor, de Superintendente Estadual, com o cargo de Gerente Regional, conforme se deduz com a transcrição de cada uma das atribuições realizada no voto.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 188-191).

Sustenta o recorrente a nulidade do acórdão impugnado por suposta persistência das omissões apontadas nos embargos declaratórios, configurando-se violação do disposto no art. 535, II, do CPC/1973.

Assevera que o acórdão foi omissivo em apreciar as provas apresentadas, no caso a comparação entre as atribuições dos cargos, para que se decidisse acerca da correlação vindicada na ação.

No mérito, alega a ofensa aos seguintes dispositivos legais: arts. 14 do Decreto n. 99.350/1990; 1º do Decreto n. 569/1992; 26 do Decreto n. 3.061/1999; 21 do Decreto n. 3.838/2001; 2º e 14 do Decreto n. 5.531/2005; 164 da Portaria n. 26/2007; 1º da Portaria n. 28/2002; 62 da Lei n. 8.112/1990; 3º, 10, 15, § 1º, da Lei n. 8.911/1994; 15 da Lei n. 9.527/1997; e do Decreto n. 5.870/2006.

Defende, em síntese, a equivalência entre o cargo de Superintendente Regional do Instituto Nacional do Seguro Social – função ocupada pelo servidor em atividade, e em razão da qual teve direito à incorporação de quintos/décimos – e o cargo de Gerente Regional da autarquia.

Uma vez constatada a correlação dos cargos, teria o insurgente direito à majoração de seus proventos, ante a regra da paridade.

Contrarrazões às e-STJ, fls. 218-226.

É o relatório.

Não merece prosperar a tese de violação do art. 535, II, do CPC/1973, porquanto o acórdão combatido fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada, resolvendo as questões suscitadas pelo recorrente.

Com efeito, a Corte de origem, adotando a fundamentação da sentença recorrida, concluiu que (e-STJ, fls. 173-177):

4. Sob a premissa de que as atribuições do cargo de Gerente Regional seriam "idênticas ou muito assemelhadas" às do cargo de Superintendente Estadual, pede o autor que seja revista a percepção dos quintos, com base de cálculo' no cargo que imputa assemelhado.

5. Ocorre, no entanto, que não há equivalência entre o cargo ocupado pelo autor, de Superintendente Estadual, com o cargo de Gerente Regional.

conforme se deduz com a transcrição de cada uma das atribuições a seguir.[...]

9. Por este motivo, é incabível a equiparação de quintos em cargos em que não há similitude de atribuições.

Sendo assim, não há que se falar em omissão, obscuridade, contradição ou erro material do aresto. O fato de o Tribunal *a quo* haver decidido a lide de forma contrária à defendida pela parte recorrente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ela propostos, não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

No aspecto:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO NOVO CPC/2015.

1. De acordo com o previsto no artigo 1.022 do Novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição ou omissão do acórdão atacado ou para corrigir erro material.

2. No caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no REsp 1.211.307/RJ, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/9/2017, DJe 21/9/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM

RECURSO ESPECIAL. MEDIDA CAUTELAR FISCAL JULGADA PROCEDENTE. HONORÁRIOS DE ADVOGADO DEVIDOS, PELA PARTE VENCIDA. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, DIANTE DO ACERVO PROBATÓRIO, CONCLUIU QUE NÃO HOUVE PERDA DE OBJETO DA MEDIDA CAUTELAR FISCAL E QUE, SENDO A RÉ, ORA AGRAVANTE, VENCIDA NA CAUSA, COMPETIA-LHE O PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS E DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL, NO QUAL FOI ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 20 E 535 DO CPC/73, POR INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7 E 83 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. [...]

III. Não procede a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC/73, pois, na forma da jurisprudência firmada pelo STJ, sob a égide do CPC/73, os Embargos de Declaração têm, como objetivo, sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão. Não há omissão, no acórdão recorrido, quando o Tribunal de origem pronuncia-se, de forma clara e precisa, sobre as questões postas nos autos, adotando fundamentos suficientes para embasar a decisão, tal como ocorreu, in casu, em que a questão em torno da alegada aplicabilidade do princípio da causalidade foi decidida, pela Corte de origem. Com efeito, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte. Nesse sentido: STJ, REsp 739.711/MG, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJU de 14/12/2006. Além disso, não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Em igual sentido: STJ, REsp 801.101/MG, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJU de 23/04/2008. [...]

(AgInt no AREsp 1.060.570/MT, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/8/2017, DJe 24/8/2017)

No mérito, o recurso não reúne condições de ser conhecido, pois, para se chegar a uma conclusão contrária à do Tribunal *a quo*, no sentido de que não há equivalência entre os cargos, faz-se necessário incursionar no contexto fático-probatório da demanda, o que é inviável em recurso especial, por força do constante na Súmula 7/STJ.

No ponto:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. ISONOMIA. ACÓRDÃO RECORRIDO COM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA DO ESPECIAL. COMPATIBILIDADE DE ATRIBUIÇÕES. REDISCUSSÃO. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Na qualidade de médico, o agravante pretende, sob a invocação do princípio da isonomia, o direito de optar pela remuneração concedida aos engenheiros, arquitetos, economistas, estatísticos e geólogos, nos termos da Lei n. 12.277/10.

Pretensão afastada pelo Tribunal *a quo*, sob o fundamento de que a isonomia é garantida aos ocupantes de cargos com atribuições iguais ou assemelhadas, não verificadas na hipótese.

2. Baseado o acórdão recorrido em fundamento de índole eminentemente constitucional, é obstada sua análise em recurso especial, sob pena de usurpar a competência do Supremo Tribunal Federal.

3. Ademais, não há como afastar a conclusão do acórdão recorrido especialmente sem revolvimento do conjunto probatório, o que não cabe na via do recurso especial em razão do óbice da Súmula n.7/STJ.

4. Recurso não provido.

(AgInt no AREsp 877.694/RJ, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 4/10/2016, DJe 20/10/2016)

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. ALEGAÇÃO DE DESVIO DE FUNÇÃO. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. No que se refere à alegada afronta ao disposto no art. 535, inciso II, do CPC/1973, o julgado recorrido não padece de omissão, porquanto decidiu fundamentadamente a quaestio trazida à sua análise, não podendo ser considerado nulo tão somente porque contrário aos interesses das partes.

2. É inadmissível Recurso Especial quanto a questão que, a despeito da oposição de Embargos Declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal de origem. Incidência da Súmula 211/STJ.

3. O Tribunal de origem consignou expressamente: "A peculiaridade da hipótese posta em análise é que a parte autora não ocupa o cargo de Técnico do Seguro Social, na medida em que o cargo de Datilógrafo não foi integrado nessa categoria pela Lei nº 11.501/07. Entretanto, há grande semelhança entre a configuração legal dos cargos em questão, já que ambos consistem no desempenho de atividades administrativas que não são de nível superior. Prova disso é que algumas das atividades atualmente desempenhadas pela parte autora podem ser enquadradas dentre aquelas atribuídas aos Técnicos do Seguro Social e, por via indireta, aos próprios Analistas do Seguro Social. Assim, a exemplo do que ocorre com os Técnicos, a autora, Datilógrafa, não faz jus à pretendida equiparação, tendo em conta a semelhança de atribuições com as do cargo de Técnico, especialmente por não exercer atividades exclusivas do cargo de Analista do Seguro Social" (fl. 996, e-STJ).

4. No presente caso, rever o entendimento da Corte a quo implica abrir o reexame do contexto fático-probatório dos autos. Incide, na hipótese, a Súmula 7 do STJ.

5. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp 1.606.035/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 29/11/2016)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, conheço parcialmente do recurso especial e, nessa extensão,

Superior Tribunal de Justiça

nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator